

enquanto aos 45 milhões de brasileiros se nega um pedaço de terra para seu trabalho e para seu sustento.

É contra este absurdo que grita a revolta do povo.

O País, Sr. Presidente, assistiu estarelecido, por um canal de televisão, à proposta absurda, se não fosse trágica, pitoresca, se não fosse cruel, surrealista, se não fosse leviana, reflexo das idéias que povoam as mentes endurecidas de tecnocratas de último suspiro.

Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, o Presidente da Embratur quer transformar a miséria da seca nordestina, com seu caudal de sofrimento, desesperança e abandono, em cenário turístico, tornando os já desumanamente esquecidos, em atores famintos para o deleite das classes abastadas que, em sua inconsciência social, não conhecem a miséria.

E quer isto fazer, e isto o disse a viva voz, com os recursos destinados à irrigação, pois no seu raciocínio o "turismo da seca" renderia mais que os projetos de irrigação.

Até onde, Sr. Presidente, se permitirá essa afronta não contra os nordestinos apenas, senão contra a inteligência, a humanidade e a consciência de todos os brasileiros. Quer assim o Presidente da Embratur, desdenhando a gravidade da situação dramática primitiva, peste seca que fere o País infinitamente mais do que a Aids, transformar-se, falta de capacidade criativa, em um Cecil B. de Mille Tupiniquim.

É contra isso, Sr. Presidente, que grita a revolta do povo!

O novo plano econômico determinou uma perda de aproximadamente 38% no salário já fraco do trabalhador.

O salário mínimo no País está em torno de 45 dólares, o que o faz um dos mais baixos do mundo.

É contra esta agressão que grita a revolta do povo.

Quinhentos bilhões de cruzados, fruto das cadernetas de poupanças, dormem no Banco Central um sono injusto, rendendo, sem nenhum esforço, ao sistema financeiro privado "spreads" de 2% ao ano, quando deveriam estar sendo investidos em construção de imóveis residenciais para cobrir o déficit espantoso de moradia que ainda persiste no País dos sem terra, sem pão e sem teto.

É contra isso que grita a revolta do povo.

De 1983 a 1986 — 34 bilhões de dólares — produzidos pelo esforço dos trabalhadores foram remetidos para instituições financeiras internacionais. Mas nossa dívida continua a crescer de forma a se tornar impagável e inadmissível.

É contra isso que grita a revolta do povo!

O novo plano econômico investiu ainda, além do arrochamento do salário do trabalhador, contra o seu patrimônio, quando, ao mudar a forma de cálculo de seus rendimentos, gerou perda substancial no Pis — Pasep e no Fundo de Garantia, assim como nas cadernetas de poupança, cuja grande maioria de detentores é constituída de pequenos poupadores. Hoje somos um país sem saúde, sem garantias, sem esperanças.

É contra isso que grita a revolta do povo!

Não somos, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, contrários à idéia da conversão da nossa dívida externa em investimento interno.

Mas não se pode aceitar que a efetivação dessa medida se processe sem uma ampla discussão nacional e sem o aval desta Casa.

Acreditamos que, somente através de um debate profundo, desapassionado e extensivo a todas as camadas sociais, possamos decidir, soberanamente, matéria tão expressiva.

No entanto, Sr. Presidente, neste momento, à revelia desta Casa e às escondidas do povo, o Banco Central arquitetava um plano de conversão da dívida externa brasileira em capital de risco.

Esse fato, decidido à margem do poder popular e sem o aval deste Congresso, elaborado nos gabinetes fechados dos tecnocratas e que representa a prática ilegítima e própria aos regimes ditatoriais, pode-se constituir em lesão grave à soberania nacional. Daí o nosso alerta.

Sem a transparência necessária e inerente aos atos legítimos, como a sociedade pode assegurar-se que, envolto nessas decisões de gabinete, não venha o risco da desnacionalização da nossa economia?

É contra esse descaso à opinião pública e contra esse desdém a esta Casa legislativa que clama a revolta do povo.

Contra a destruição impune a lei. Não a Lei de Segurança Nacional, retrato do arbítrio e do casuísmo, fruto inequívoco da execrável ideologia de segurança nacional, mas, sim, a do Código Penal Brasileiro

Garanta-se, a favor da democracia, a manifestação popular em qualquer lugar.

Não basta, contudo, Sr. Presidente, a democracia conjuntural. No momento faz-se necessária a democracia plena e sempre, como o único caminho sobre o qual pode a Nação andar ao encontro da justiça social, de que é tão carente.

Mas, como chegar à democracia? Como viver a democracia, respirar a democracia?

A questão, pois, é fazer germinar a democracia entre nós, de forma que nunca mais fuja da vida cotidiana deste povo que dela conhece somente o nome.

A história ensina que nenhuma nação atingiu a plenitude democrática sem a participação do povo e, sem que dos conflitos e confrontos adviesse uma lei fundamental que disciplinasse as lides sociais, sem prejuízo da consecução da justiça.

Assim, com apoio na História, pode-se afirmar que essa democracia que almejamos passa pela elaboração de uma constituição que invada os rincões de pobreza, de miséria, de abandono, de sofrimento, de angústia e resgate os ainda sobreviventes da viagem do esquecimento, em cujo comboio foram lançados milhões de brasileiros.

Muitos passageiros da viagem do esquecimento não dispõem do bilhete de retorno à cidadania!

Cumpra às lideranças populares deste País conduzir o povo ao estuário da Assembléia Nacional Constituinte, cenário e palco da efetivação e positivação de seus direitos.

Direitos sociais, políticos e econômicos que, se não houver mobilização popular, serão conspurcados por uma minoria que pensa egoisticamente, como no nefasto regime militar de que a sociedade foi vítima, em manter escravizado o povo.

Urge, portanto, Sr. Presidente, não se fecharem as portas dessa Casa a quem é dela seu verdadeiro dono, mas convocá-lo para que aqui venha, aqui entre e aqui participe das decisões.

É a favor disso que clama, também, a revolta do povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT — RS.** Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna para fazer reparos aos trabalhos da Comissão de Sistematização que, injustificadamente, omitiu em seu anteprojeto vários direitos aprovados pela Comissão da Ordem Social, em favor dos servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios.

Cumpra destacar que tais direitos foram aprovados em conjunto com os dos trabalhadores, de conformidade com o teor do **caput** do art. 2º da Comissão Temática. Ocorre que a Comissão de Sistematização considerou, o que não poderia fazer, somente os trabalhadores como beneficiados, deixando de fora os servidores públicos.

Relaciono, Sr. Presidente, os direitos omitidos pela Comissão de Sistematização, assegurados pela Comissão da Ordem Social:

- a) gratificação natalina;
- b) Fundo de Garantia do Patrimônio Individual;
- c) salário família;
- d) férias de 30 dias remuneradas em dobro;
- e) licença-prêmio à gestante 120 dias antes e depois do parto;

f) participação dos servidores na direção dos órgãos da administração pública direta e indireta;

g) garantia de assistência aos filhos e dependentes dos servidores, até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, nos órgãos públicos.

Espero, Sr. Presidente, que a Comissão de Sistematização reconsidere seu engano, aprovando as emendas que ontem apresentei, objetivando a correção do texto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB — MA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho recebido inúmeras manifestações de apoio, pela conduta coerente que venho mantendo nesta fase inicial dos trabalhos na Constituinte, principalmente no que se refere à Reforma Agrária, que foi uma de minhas bandeiras de luta de campanha, e que continuo a defender aqui neste plenário.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tal fato não acontece com determinados homens públicos, que usam uma linguagem reformista nos palanques, mas nos bastidores fazem dos conchavos e negociações um instrumento de sua auto locupletação, em detrimento do sofrimento das camadas humildes e inocentes do nosso meio rural.

Não sou um oportunista da política, não cheguei aqui pelas mãos dos grandes grupos econômicos. Aqui estou a serviço dos homens humildes e simples do Maranhão, que para aqui me mandaram, através de um mandato legítimo, que honrarei, a todo custo, defendendo um pedaço de terra para quem nela quer trabalhar e a quem por eles, às vezes, tenho condicionado minhas posições nesta Casa.

Por ser um Constituinte descomprometido com os poderosos e a serviço dos humildes lavradores do Maranhão, não poderia deixar de denunciar, neste plenário, uma carta de indignação, da União de Moradores e Grupos Similares da Ilha de São Luis clamando por posições honestas do Senador Edison Lobão, que tão bem acolhido